

PÁG 2 GT Abraceel irá discutir mecanismo competitivo para exportação de energia

PÁG 4 Argon é a nova associada da Abraceel

PÁG 6 Sexta-Livre debate Código Brasileiro de Energia Elétrica com o relator do projeto

PÁG 8 Radar Legislativo

PÁG 10 Curtas

PÁG 12 Próxima semana

GT Abraceel irá discutir mecanismo competitivo para exportação de energia

Matéria em 1 minuto:

MME abre CP 96/2020, para discutir as diretrizes para exportação de energia proveniente de vertimento turbinável, propondo mecanismo competitivo;

MME tem o objetivo de aprovar as novas regras para vigência a partir de janeiro de 2021;

CCEE será responsável pela operacionalização do mecanismo, bem como o estabelecimento de preço mínimo, requisitos de habilitação e garantias financeiras.

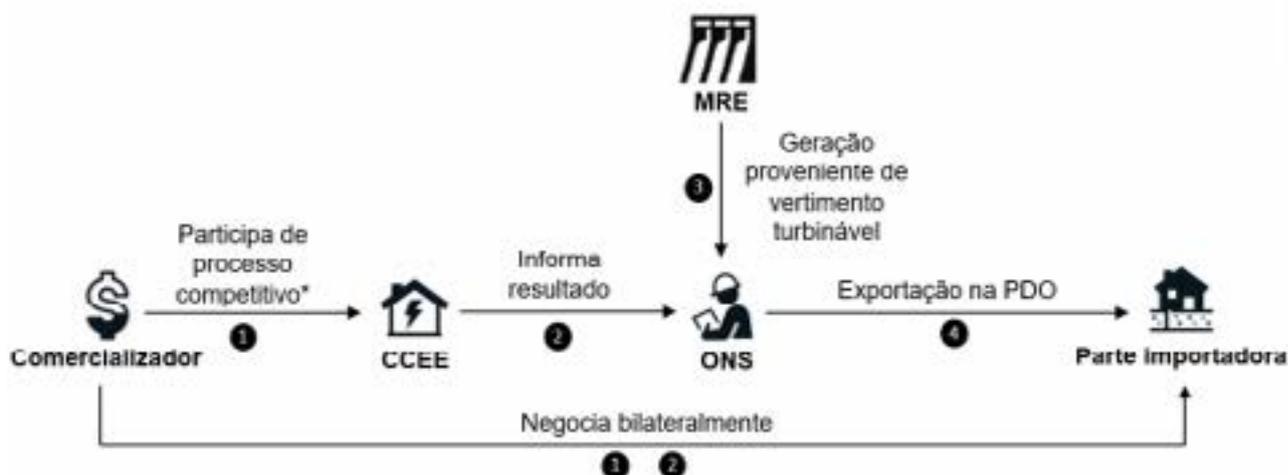


Tempo de leitura:
2 minutos

O MME colocou em consulta pública as diretrizes para exportação de energia proveniente de vertimento turbinável de usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS, a ser destinada à Argentina e ao Uruguai.

O Ministério tem o objetivo de aprovar as novas regras para vigência partir de janeiro de 2021, motivado pela insuficiência de carga em determinados horários, frente a recursos energéticos inflexíveis, o que tem levado a restrições na operação e gerado excedentes energéticos não alocáveis ao SIN, mas transmissíveis para exportação. Neste ano, por exemplo, o subsistema Norte alcançou cerca de 10.000 MWmed de energia vertida turbinável.

Com isso, o MME apresentou proposta de mecanismo competitivo no âmbito da CP 96/2020. O mecanismo busca firmar acordos bilaterais entre o comercializador e a parte importadora, com o comercializador participando do processo competitivo periódico realizado pela CCEE, ofertando intenções de compra de vertimento turbinável das usinas do MRE.





Posteriormente, a CCEE informará o ONS dos resultados do mecanismo, que estimará o montante de geração proveniente de vertimento turbinável disponível para exportação, bem como analisará o interesse da parte importadora, sendo que apenas no momento da operação a oferta será confirmada. A receita proveniente da exportação será rateada entre os titulares das usinas participantes do MRE.

A CP também propõe que todos os agentes comercializadores adimplentes, mesmo que não tenham autorização de exportação do MME, possam participar do processo competitivo, mas, a exportação de fato só poderá ser realizada pelo comercializador autorizado pelo MME. Portanto, os agentes vencedores do processo competitivo que não tenham autorização do MME deverão firmar contratos bilaterais com os comercializadores autorizados.

A CCEE será responsável pela operacionalização do mecanismo, bem como o estabelecimento de preço mínimo, requisitos de habilitação e garantias financeiras. Com isso, no dia 03.08 a CCEE realizou reunião com a Abraceel para discutir a proposta e colher percepções iniciais. O Grupo Técnico da Abraceel irá em breve agendar reunião para discutir o tema. A reunião contará com a participação da CCEE, que apresentará a proposta de operacionalização do processo competitivo.

EXPORTAÇÃO DE EXCEDENTES RENOVÁVEIS

Também foi aberta pelo MME a Consulta Pública 97, que busca estabelecer diretrizes para exportação de energia proveniente de excedentes energéticos transmissíveis de fontes renováveis não-hidrelétricas, a ser destinada à Argentina e ao Uruguai.

Porém, para a exportação desse tipo de energia, o Ministério não conseguiu consolidar uma proposta estruturada, devido a dificuldades derivadas das características físicas e operacionais dessas usinas. Portanto, aguardam sugestões no âmbito da CP sobre o tema.

Argon é a nova associada da Abraceel

Matéria em 1 minuto:

Contribuições à proposta de Itaipu devem ser enviadas até 14.08;

Alexandre Lopes apresentou estudo sobre os efeitos da descotização de Itaipu e usinas Eletrobras na abertura do mercado;

Estudos sobre gás e abertura do mercado para o Grupo B serão discutidos com os associados no fim do mês.



Tempo de leitura:
3 minutos

Em reunião do Conselho de Administração da Abraceel, aberta à participação das associadas, no dia 06.08, foi discutida a seguinte agenda:

Apresentação de estudos:

Julião Coelho, consultor jurídico da Abraceel, apresentou o projeto de descotização da energia proveniente de Itaipu. O modelo proposto pressupõe a realização de leilão para a outorga do direito de comercialização dos montantes de energia associados à parcela brasileira da UHE Itaipu, sendo o maior valor de bonificação o critério de seleção. Todos os agentes da CCEE poderiam participar e haveria mecanismo para restringir a concentração de mercado. Ao detentor da outorga seria alocado o risco hidrológico e cambial.

Quanto à destinação da bonificação, 60% do valor das bonificações de outorga seriam destinados em prol da modicidade tarifária; 30% seriam para a União; e 10% iriam para criação de fundo voltado ao pagamento de parcela dos custos de operação e manutenção da UHE Itaipu. A transição seria escalonada em três anos. Após discussão entre os presentes, ficou definido que as empresas podem enviar contribuições ao estudo até o dia 14.08, para que nosso consultor apresente uma nova versão. Esse novo documento será discutido no âmbito do Grupo Técnico.



Em seguida, Alexandre Lopes apresentou estudo sobre os efeitos da descotização de Itaipu e usinas Eletrobras na abertura de mercado. Foram apresentados quatro cenários:

1. Itaipu no ACL a partir de 2024
2. Itaipu gradualmente no ACL a partir de 2021
3. Itaipu no ACL a partir de 2024 e descotização das usinas da Eletrobras entre 2022-2024
4. Itaipu gradualmente no ACL a partir de 2021 e descotização Eletrobras entre 2022-2024

Como conclusões do estudo:

- a) Possibilidade de abrir todo o mercado até 2025 sem impactar os contratos legados das Ds;
- b) Inserção gradual da energia de Itaipu no ACL a partir de 2021 permite antecipar a abertura de toda a Alta Tensão já no ano que vem;
- c) Necessidade de antecipar e concatenar decisões para preservar o equilíbrio do mercado, bem como de aperfeiçoar a forma de contratação regulada para evitar novos legados e não atrasar o processo de abertura do mercado livre.

A íntegra do estudo está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção documentos, “Apresentações Exclusivas”.

Revisão do orçamento da Associação:

A Abraceel apresentou o orçamento executado e a previsão para o segundo semestre, com destaque para a redução com despesas administrativas, viagens e eventos presenciais. Por outro lado, como as despesas mais importantes, como pessoal e impostos não tiveram mudança, a variação do orçamento não foi significativa para justificar a alteração na mensalidade. Ademais, já está prevista para outubro/novembro a discussão da proposta de orçamento para 2021, em assembleia convocada para esse fim, como de praxe.

Acompanhamento das metas:

Reginaldo Medeiros apresentou as últimas ações da Abraceel relacionadas às bandeiras do planejamento, definidas pelos associados. Destaque para:

- apresentação do Código Brasileiro de Energia Elétrica, que foi o tema da última Sexta Livre (detalhes na matéria seguinte);
- estudo Thymos sobre abertura do Grupo B que será discutido com os associados no fim do mês;
- Cpamp ratificando a entrada do preço horário em 2021;
- conclusão da cartilha de derivativos em parceria com o BBCE; e
- aprovação do requerimento de urgência do PL do gás e fase final do estudo com a BRG, que será discutido com os associados até o fim do mês.

Planejamento Estratégico:

Reginaldo relatou que estão sendo feitas as reuniões individuais com as empresas associadas para colher a percepção sobre o trabalho da Abraceel, bem como as atividades que devem ser priorizadas para o próximo ciclo. Donato Filho, da Volt Robotics, será o consultor que conduzirá as atividades do ciclo atual, que serão realizadas online.

Filiação Argon:

Em seguida, por unanimidade, o Conselho aprovou o pedido de filiação da Argon, nova empresa associada à Abraceel, representada por Moacyr Franco.

As apresentações realizadas na reunião estão disponíveis na área restrita, em “Apresentações Exclusivas”.

Sexta-Livre debate Código Brasileiro de Energia Elétrica com o relator do projeto

Matéria em 1 minuto:

Sexta-livre debate com o deputado Lafayette de Andrada o texto-base do Código Brasileiro de Energia Elétrica;

Além da consolidação das leis do setor, o deputado traz quatro inovações em seu texto: recarga veicular, regras para geração distribuída, “bolsa energia” e garantia do portfólio da matriz energética no ACR e ACL;

Sobre o PLS 232 não incorporou a possibilidade de ampliação do mercado livre;

Ficou acordada reunião com a Abraceel ainda este mês, para discutir o texto-base, a fim de que se possa aprimorá-lo.



Tempo de leitura:
3 minutos

Em mais uma edição da Sexta-Livre, no dia 07.08, discutimos com o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos –MG), o texto-base do Código Brasileiro de Energia Elétrica, do qual o deputado é o relator. Com a presença de mais de 100 participantes, o deputado Lafayette abordou os principais pontos consolidados no Código e as inovações trazidas em seu texto.

Iniciando o debate com os associados, o relator do projeto pontuou que a legislação do setor elétrico é desorganizada e confusa e que o seu principal objetivo com o texto-base é trazer clareza para todos os agentes, a fim de que se tenha uma compreensão sistêmica das leis existentes. Disse que 80% do seu texto é uma organização do que já existe e os outros 20% são aprimoramentos das leis existentes e inovações.

Sobre as inovações trazidas em seu texto, destacou:

- recarga veicular;
- regras para geração distribuída;
- programa social de geração de renda mediante a produção de energia renovável, uma espécie de “bolsa energia”; e
- garantia do portfólio da matriz energética no ACR e ACL.

Sobre o portfólio da matriz energética, os associados questionaram se não se estaria criando uma nova reserva de mercado e que algumas fontes já são competitivas, não sendo necessária essa garantia de portfólio. O





deputado respondeu que o seu objetivo não é criar distorções, mas colocar iguais para competir com iguais, mas que está aberto para ouvir e colher opiniões do mercado.

Sobre a incorporação do PLS 232/2016 disse que não colocou dois pontos:

- a liberdade para a contratação de energia das distribuidoras e concessionárias perante os geradores, que na visão do deputado, pode trazer problemas na segurança energética do SEB; e
- migração do grupo B para o mercado livre, que na visão do deputado, poderá gerar um aumento na conta de luz para o consumidor residencial.

Entretanto, enfatizou que não é contra a migração do grupo B para o mercado livre, disse apenas precisa ser analisada a melhor forma de ser feita a migração para não encarecer a conta do consumidor. Houve apelo para o deputado manter o texto do PLS 232, visto que se o preço da energia fosse de fato ficar mais caro nenhum consumidor iria migrar para o ACL. Pediu que contemple a possibilidade migração no texto, preservando a liberdade de escolha.

Questionado se haveria a possibilidade de separar o texto-base em dois, sendo a primeira parte a consolidação das leis do setor e a segunda as inovações trazidas, visto que seria mais fácil a tramitação no Congresso dos temas em separado, o deputado Lafayette reforçou que está aberto para discutir melhorias no texto e tudo aquilo que não trará benefícios poderá ser retirado ou melhorado.

Finalizando o debate, ficou acordado que o Deputado se reunirá ainda neste mês com a Abraceel, para discutir de forma técnica os pontos vistos com cautela pela associação, a fim de que se tenha um texto de consenso entre os agentes e que beneficie a população brasileira como um todo.



RADAR LEGISLATIVO

Câmara dos Deputados

MP 950 perde a validade sem avançar na tramitação. A matéria foi retirada de pauta a pedido do líder do Governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), justificando que a MP já tinha cumprido seus objetivos.

Gás Natural

O deputado Laércio Oliveira (PP-SE), relator da nova lei do gás, apresentou seu relatório preliminar alinhado com o texto aprovado na Comissão de Minas e Energia no final do ano passado. A íntegra do documento está disponível no link:

<https://bit.ly/2ETHIUC> (cliqueável).

Conforme definido na reunião que aprovou o requerimento de urgência, o relator e o líder do Governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), estão discutindo o texto com os líderes partidários para que a proposta seja pautada e deliberada no Plenário da Câmara. Em seguida, o Senado analisará a matéria.

O que foi deliberado no Senado?

- Protocolo de Nagoia: o Senado aprovou o PDL 324/2020 (ratificação do Protocolo de Nagoia), que prevê a repartição justa e igualitária entre as nações dos benefícios decorrentes dos recursos genéticos de plantas, animais e micro-organismos.

- Diplomas estrangeiros: também foi aprovado o PL 3716/2020, que facilita a autenticação de diplomas de instituições internacionais reconhecidas pelo Ministério da Educação.

- Juros: aprovado o PL 1166/2020, que estabelece teto de 30% ao ano para juros de cartão de crédito e cheque especial.

- PL 735/2020: institui medidas emergenciais para auxílio a agricultores familiares.

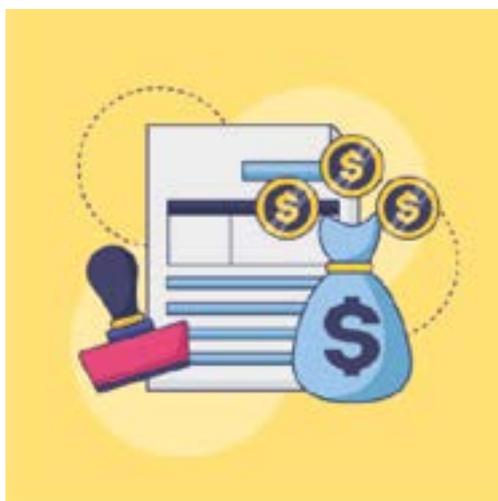
- Infraestrutura: foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 336/2020, que aprova acordo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Ao lado de 56 países, o Brasil torna-se membro fundador do Banco. Ingressando no acordo, empresas brasileiras poderão ter acesso a uma plataforma de negócios na Ásia.



RADAR LEGISLATIVO

Reforma Tributária

O ministro Paulo Guedes participou de audiência na Comissão Mista da Reforma Tributária, quando apresentou a proposta do Governo para discussão, o PL 3887/2020, que cria a CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços). Os parlamentares pediram para que o Governo apresente toda a proposta, diferente da proposta atual de apresentá-la em fases.



Vale destacar que a comissão mista é um órgão de caráter consultivo e o objetivo é consolidar um texto após discussão das PECs 45, 110 e do PL 3887. Na próxima quarta-feira, terá audiência com o presidente do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles. O evento será transmitido no link: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=18748>



CURTAS

Diretoria Executiva realiza reuniões de planejamento com as associadas

Dando continuidade às reuniões de planejamento estratégico com as empresas associadas, durante a semana a Diretoria Executiva teve reuniões com as empresas Comerc, 2W, América, Atlantic, Echoenergia, AES, BTG, EDP, EDRE, Nova, RBE, Furnas, Kroma, Prime, Energética, Energisa, Elétron, ATMO, Principal, Beta, Tempo Energia, BEP e Principal.

CMSE avalia condições de suprimento de energia no País

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu no dia 05.08, para avaliar as condições de suprimento de energia elétrica no País. Foi destacado na reunião que os armazenamentos dos reservatórios equivalentes das usinas hidrelétricas de todos os subsistemas, com exceção do Sul, finalizaram julho em patamares maiores aos verificados nos últimos anos, o que tem garantido conforto à operação durante o período tipicamente seco. Segundo o ONS a carga do SIN teve um aumento de aproximadamente 2,7% em julho em comparação a junho, e de 0,8% em relação a julho de 2019, e a tendência permanece de aumento, em função do retorno gradual das atividades econômicas do País. Adicionalmente, o Ministro Bento Albuquerque afirmou que o MME está traba-

lhando em medidas complementares para criar tarifas mais justas aos consumidores, e o ONS apresentou os resultados do Plano de Operação Energética 2020/2024, onde foi concluído que está assegurado o equilíbrio estrutural entre oferta e demanda no horizonte avaliado. Para mais informações sobre os temas deliberados na reunião, acesse: <https://bit.ly/3fCN8Ld> (cliqueável)

Queda do preço do gás natural

Os contratos firmados entre a Petrobras e as distribuidoras de gás canalizado a partir de janeiro de 2020 estão atrelados diretamente à variação do preço do petróleo Brent no mercado internacional e à variação cambial. Logo, as cotações do petróleo no mercado externo, correspondentes aos meses de abril, maio e junho, ocasionaram redução dos preços de gás natural a partir do mês de agosto. Em números, esses contratos terão uma redução acumulada média de 48% em dólar por milhão de BTU (US\$/MMBtu), quando comparado a dezembro de 2019, e em Reais por metro cúbico (R\$/m³), a queda foi de cerca de 35%. O próximo reajuste trimestral está previsto para novembro.

Nota de falecimento

Registramos o falecimento do ex-presidente da Carbocloro, Mário Cilento, responsável pela assinatura do primeiro contrato livre de energia no Brasil. Prestamos solidariedade aos amigos e familiares de Mário Cilento.



CURTAS

CPAMP disponibiliza atas, CCEE assumirá coordenação

O MME disponibilizou em seu site as atas das reuniões da CPAMP realizadas nos dias 15.06 e 10.07. Foi informado que o GT Governança da CPAMP tem se reunido semanalmente para discutir a reestruturação da Comissão, e que a proposta deverá ser levada para consulta pública. A EPE, atual coordenadora do GT Metodologia, propôs a rotatividade das instituições na coordenação. A CCEE assumirá a coordenação no ciclo 2020-21 que se inicia em agosto. A versão 14 do modelo SUISEI, com aprimoramentos, como as regras especiais de operação do Rio São Francisco, foi aprovada pela CPAMP, sem necessidade de publicação de ato pelo MME.

CNI promove diálogo com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC)

No dia 04.08, a Abraceel participou de diálogo, promovido pela CNI, com o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, o presidente do Conselho Superior da ICC Brasil, Daniel Feffer, e o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. Na oportunidade, debateram o novo momento do comércio internacional e os desafios e oportunidades para o setor privado.

Abraceel se reúne com o Idec

No dia 05.08, a Abraceel se reuniu com o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor). Na pauta, modernização do setor elétrico, abertura total do mercado, PLS 232 e geração distribuída. O objetivo da reunião era realizar aproximação entre ambas entidades, para estabelecer ação conjunta sobre os pleitos em comum.

Abraceel discute impacto da reforma tributária para a comercialização

No dia 06.08, a Diretoria da Abraceel se reuniu com representantes da Matrix e Delta para discutir a proposta do PL 3887/2020, que cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS. O PL propõe a extinção do lucro presumido e dos regimes especiais, inclusive em operações de energia elétrica. Além disso, seria criada uma nova alíquota de 12%, um aumento frente à alíquota atual de 9,25%. Ainda, as operações de financiamento não seriam passíveis de demonstração em balanços financeiros, o que é ruim para o setor de infraestrutura que é capital intensivo. Foi consenso que a proposta, se aprovada, implicaria a necessidade de discussão dos contratos vigentes, logo após a discussão motivada pela pandemia, o que exigiria um período mínimo de transição. A Abraceel irá circular em breve um material sobre a proposta.

PRÓXIMA SEMANA

10.08 – Segunda-feira: Diretoria Executiva realiza reunião individual com associados visando colher a percepção sobre o trabalho da Abraceel e a perspectiva de evolução do nosso mercado, no âmbito do processo de planejamento estratégico, com as empresas Norte Energia, Bolt e CTG;

Bernardo Sicsú participa de reunião com os secretários do Fórum do Gás para alinhar a pauta da reunião com o Fórum Nacional de Secretarias de Estado de Minas Gerais, às 10h30;

Diretoria Executiva e Conselho Administrativo da Abraceel se reúnem com Roseane Santos, do Conselho de Administração da CCEE, às 15h;

Bernardo Sicsú participa de reunião com o Fórum do Gás e os Transportadores para discutir as chamadas públicas de capacidade e oportunidades para o setor, às 16h.

11.08 – Terça-feira: Dando continuidade às reuniões individuais de planejamento estratégico, a Diretoria Executiva se reúne com as empresas Desttra, Safira, Brasil e Santo Antônio;

Às 9h, a equipe da Abraceel se reúne com a consultoria Thymos para debater o estudo da Abertura de Mercado;

Bernardo Sicsú participa de coletiva sobre o PL do Gás, às 15h.

12.08 – Quarta-feira: As associadas Central, Simple e Hydro se reúnem com a Diretoria Executiva para discutir o planejamento estratégico;

Bernardo Sicsú participa de reunião com o Fórum Nacional de Secretarias de Estado de Minas Gerais para discutir o projeto de lei da Nova Lei do Gás, às 10h30.

13.08 – Quinta-feira: Reginaldo Medeiros participa, como moderador, do 5º Encontro dos Agentes do Setor Elétrico no Centro-Oeste, promovido pela associada BC Energia, às 10h30;

Associadas Stima, Geramamoré e CEMIG se reúnem com a Diretoria Executiva para discutir o planejamento estratégico.

14.08 – Sexta-feira: Encontro exclusivo da Abraceel “Sexta-Livre” com o presidente da EPE, Thiago Barral, para discutir a agenda do mercado, às 10h;

Associadas ENEL e Electra se reúnem com a Diretoria Executiva para discutir o planejamento estratégico da associação.